

XIV REUNIÃO DE MINISTROS DE DEFESA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

*Intervenção do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na XIV Reunião de Ministros de Defesa da
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*

Maputo, 22 de maio de 2013

Saúdo meus colegas de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, parceiros do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Cumprimento, especialmente, o Governo de Moçambique pela calorosa acolhida à comitiva brasileira.

★ ★ ★

A realização de reuniões ministeriais de defesa reflete a maturidade e elevada confiança mútua que se alcançou na CPLP.

Espelha, ainda, uma nova circunstância geoestratégica mundial, na qual a CPLP encontra novos horizontes de ação política concertada.

A mais recente manifestação das mudanças da economia política mundial foi a eleição de um brasileiro, cidadão da lusofonia, para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

A eleição do Embaixador Roberto Azevêdo se segue à criação do G20 Financeiro e demonstra a inexorabilidade da atualização das instituições de governança mundial.

O Brasil agradece os apoios recebidos entre os Estados Membros da CPLP à candidatura do Embaixador Azevêdo.

Menos fluida tem sido a transformação da governança mundial na área da segurança.

A multipolaridade que se evidencia no cenário mundial continua acompanhada de um multilateralismo desafiado por justificativas legais duvidosas.

Não são nítidos, hoje, os parâmetros que orientam decisões supostamente coletivas de intervenção externa em conflitos locais e regionais.

Apesar de as Nações Unidas terem sido fundadas há quase 70 anos para acabar com a tragédia das guerras, as ameaças do tipo clássico continuam a existir na relação de Estado a Estado.

A estas se somam as chamadas “novas ameaças”, originadas de atores não-estatais e voltadas a interesses estatais.

A pirataria é um exemplo. A transferência descontrolada de armamentos é outro.

A questão suscitada é como deve a comunidade internacional responder a essas novas ameaças.

Uma das linhas de resposta é o resgate do multilateralismo.

Só o multilateralismo dá voz a todos os participantes, sem discriminação, e reveste de legitimidade as disciplinas negociadas.

Mas devemos manter a cautela com relação a iniciativas sob falsa roupagem multilateral.

Sem prejuízo da posição que o Brasil adotará sobre o recém-negociado Tratado sobre o Comércio Internacional de Armas (Arms Trade Treaty), não posso deixar de notar, como já fizemos na Assembléia Geral, os limites do instrumento.

Preocupa que o Tratado reconheça a legalidade de transferências de armas para grupos não-estatais, sem a necessária autorização do Estado respectivo.

Vale lembrar que as armas transferidas para os rebeldes no intuito de promover o “regime change” em Trípoli acabaram, uma vez alcançado o objetivo, desviadas para outros mercados negros - como no Norte do Mali.

Lá, fortaleceram a ação de grupos terroristas, que exigiram intervenção externa.

Outra linha de resposta é a proposta por coalizões que se arrogam o direito de agir, sob lemas criativos como o “multilateralismo eficaz”.

A eficácia não pode preterir o Direito Internacional.

Tome-se a Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (PSI), coalizão de países que operam interdições marítimas, até mesmo em alto mar, em embarcações que eles suspeitem possam estar transportando bens passíveis de uso para obtenção de armas de destruição em massa.

O Brasil, que lidera a Força Tarefa Marítima da Força das Nações Unidas no Líbano, participa de operações de interdição, sob a condição de agir com autorização pelo Conselho de Segurança e a observância do Direito internacional.

A liberdade dos mares, elemento central da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e a proibição do uso da força prevista na Carta da ONU não admitem relativizações.

Tampouco interessa uma abordagem parcial focada apenas no problema da proliferação, que deixa de lado o desarmamento - parte essencial da barganha do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Faço essas considerações no entendimento de que a CPLP pode ser instrumento para projetar uma visão própria a respeito da forma como deve ser organizada a segurança internacional.

Essa projeção será tanto maior quanto melhor soubermos aproveitar nossa diversidade, derivada de nossa presença em continentes e regiões bastante distintos entre si, dentro de nossa unidade, tecida pelo fio da língua portuguesa.

Sensíveis às preocupações dos demais parceiros de nossa Comunidade, cada um de nós tem a oportunidade de levar mensagens a outros foros de cooperação de que participam, no esforço de influir nos consensos globais.

★★★

Este é o caso de nossa atuação junto a outras organizações, como a União Africana e a Comunidade de Estados da África Ocidental, na questão de Guiné Bissau, onde urge a restauração da ordem constitucional e a retomada de um processo que conduza à estabilidade e ao desenvolvimento do país.

Desdobramentos políticos nos últimos meses, em especial o Acordo de Princípios, parecem apontar no sentido de uma transição inclusiva. Importa perseverar nessa direção.

A prioridade, no momento, é implementar os acordos, em particular no que tange à formação de governo de transição e a preparação de eleições efetivamente livres e justas, uma vez que a União Africana levante as sanções aplicadas.

Empossados governo e parlamento democraticamente eleitos, o Governo brasileiro se empenhará em retomar projetos de cooperação, inclusive na reforma do setor de defesa e segurança.

Aproveito para saudar a nomeação, em janeiro de 2013, de um representante da CPLP, o ex-Presidente de Timor-Leste, José Ramos-Horta, como Representante Especial do Secretário-Geral da ONU.

Quero também mencionar o encerramento exitoso da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste em 31/12/2012.

Trata-se de demonstração do progresso alcançado pelo Timor-Leste nos seus dez anos de vida independente, durante os quais o país lançou as bases de uma sociedade democrática.

A realização das eleições presidenciais e parlamentares em 2012 coroaram o processo de consolidação da paz e da democracia no país.

Seguiremos empenhados em cooperar com os timorenses nessa nova fase da história do país que se abrirá em 2013.

★★★

No tocante à questão da pirataria no Golfo da Guiné, o Brasil aplaude o esforço de preparação da próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países da Comunidade de Estados da África Ocidental, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central e do Conselho do Golfo da Guiné, a realizar-se em Ilaundé, em junho próximo, para adotar um arcabouço normativo para cooperação na matéria, inclusive um Código de conduta concernente à repressão contra atos de pirataria, roubos à mão armada contra navios e atividades marítimas ilícitas na Costa Ocidental e Central da África.

Acompanhamos com interesse a iniciativa, que entendemos adotará disciplinas e ações em harmonia com os objetivos e o espírito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Acreditamos que o apoio da comunidade internacional à estratégia deve respeitar a soberania dos Estados envolvidos, ajustar-se à liderança regional e observar o princípio da apropriação nacional.

Angola sediou importante reunião, em 2012, dedicada a explorar soluções coletivas para a pirataria no Golfo da Guiné – à qual o Ministério da Defesa do Brasil teve a honra de participar.

★ ★ ★

Gostaria ainda de compartilhar com os parceiros que o Secretário-Geral das Nações Unidas acaba de nomear o General Santos Cruz, do Exército Brasileiro, como Comandante das Forças da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo.

Interessa ao Brasil intensificar o intercâmbio de impressões dos nossos parceiros da CPLP, em particular aqueles que como Angola fazem fronteira com a República Democrática do Congo, bem como Moçambique, membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, a respeito da situação nesse país amigo.

★ ★ ★

Para além da concertação ministerial em temas relacionados à segurança e à defesa, atribuo elevada importância à cooperação entre nossas Forças Armadas.

Desde que assumi o Ministério da Defesa do Brasil, tenho deixado clara a prioridade que atribuo à colaboração com a África e, em particular, com os parceiros de língua portuguesa, com vistas a incrementar as capacidades de defesa naval, terrestre e aérea.

O potencial da cooperação estende-se desde o aprendizado obtido nos exercícios conjuntos entre nossas Forças até a formação, na prática e sem artificialismos, de uma identidade de segurança e defesa da CPLP.

Temos buscado oferecer oportunidades de capacitação aos países amigos que partilham conosco o Atlântico Sul. Em 2012, o Brasil adquiriu três novos navios-patrolha oceânicos, que, em seu trajeto marítimo rumo ao nosso país, fizeram escalas e exercícios em países africanos.

Em outubro de 2012, o primeiro deles, o Amazonas, antes de chegar ao Brasil, fez paradas em Cabo Verde, Benin, Nigéria e São Tomé e Príncipe e sua tripulação, em cooperação com as Marinhas locais, realizou sessões de instrução sobre o combate à pirataria e exercícios práticos de abordagem, inspeção e imobilização de piratas, traficantes e tripulações clandestinas.

Entre abril e maio de 2013, um segundo navio-patrolha, o APA, realizou novo périplo pela região e visita os portos de Nouakchott, Dacar, Tema (Gana), Luanda e Walvis Bay (Namíbia), antes de incorporar-se à Armada no Brasil.

O Brasil teve a honra de sediar o III Simpósio das Marinhas da CPLP, em maio de 2012, no Rio de Janeiro.

Sob o tema “garantia de defesa e segurança marítimas em âmbito nacional, regional e global”, o evento constituiu oportunidade de cooperação naval para o monitoramento e o controle de tráfego marítimo nas águas jurisdicionais dos países.

Quero convidar todos os parceiros a enviar representantes ao Rio Janeiro, em julho próximo, para o XVI Encontro de Saúde Militar da CPLP, de cuja abertura tenciono participar.

Felicitto Moçambique pela realização do Exercício de série Felino, em fevereiro último.

O Exercício Felino oferece inestimável treinamento militar conjunto, sob a simulação de uma Força Tarefa Conjunta e Combinada, e permite incrementar a interoperabilidade e o treino das

Forças Armadas dos Estados Membros, em particular para emprego em Operações de Paz das Nações Unidas.

Também agradeço a confiança dos parceiros para que o próximo exercício Felino se realize no Brasil em setembro de 2013.

★ ★ ★

Ao encerrar, agradeço a oportunidade de partilhar reflexões com meus colegas.

Ampliar a cooperação de defesa entre nossos países é fortalecer nossas soberanias frente às ameaças, novas ou velhas, que não podemos nos furtar de enfrentar.

Reitero meu reconhecimento a Moçambique por sediar esta reunião e permitir-nos avançar nessa direção.

Muito obrigado.